



Rede de Mulheres Parlamentares das Américas

Relatório Final

"A evolução da participação das mulheres nas instâncias políticas: balanço e perspectivas de futuro"

**APRESENTADO POR MONIQUE RICHARD,
DEPUTADA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL DE QUÉBEC,
REPRESENTANTE DO COMITÊ EXECUTIVO
DA ASSEMBLÉIA FUNDADORA DA REDE
E SEDE DA SECRETARIA**

Secretaria da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas
1020, rue des Parlementaires, 6e étage, Québec (Québec) G1A 1A3

JULHO DE 2011

Índice

Introdução	3
1. Metodologia.....	4
2. Perfil das mulheres na política	6
2.1 Perfil das mulheres participantes da sondagem	7
2.2 Quem são as mulheres na política?	8
2.3 Papel das mulheres parlamentares.....	9
3. Fatores influentes na eleição de mulheres	10
3.1 Fatores socioeconômicos.....	11
3.1.1 Educação e entrada no mercado de trabalho.....	11
3.1.2 Estruturas alternativas	12
3.1.3 Empecilhos econômicos e dificuldades de fazer campanha	13
3.2 Fatores políticos	15
3.2.1 Democracia e mulheres parlamentares.....	15
3.2.2. Sistemas eleitorais	16
3.2.3 Partidos políticos.....	18
3.2.4 Outros fatores políticos	19
3.3 Fatores culturais.....	21
3.3.1 Concepção dos papéis e cultura patriarcal.....	21
3.3.2 Cultura política	22
3.3.3 Mídia	23
4. Iniciativas públicas.....	24
4.1 Cotas	24
4.2 Comissões parlamentares voltadas às questões de gênero.....	26
5. Outras iniciativas	27
5.1 Partidos políticos	27
5.2 Sociedade civil.....	29
Conclusão	30

Introdução

Há séculos, as mulheres lutam para adquirir e efetivar seus direitos democráticos. Através da conquista do direito de voto e do direito de se candidatar para eleições, as mulheres travaram batalhas de cidadania política, embora conquista de cidadania continua inacabada. Evidentemente, constata-se, hoje, mais do que nunca, um maior número de mulheres na política. Essa realidade transforma o aspecto da elaboração das leis e das políticas públicas e contribui para a consolidação da democracia. No entanto, há uma persistente série de obstáculos institucionais, econômicos e socioculturais que desfavorece a participação das mulheres na vida eleitoral.

Diante dessa problemática, a Rede de Mulheres Parlamentares das Américas empenha-se, em 2008, na análise da evolução da participação das mulheres em instâncias políticas, fazendo um balanço e analisando as perspectivas de futuro. As repercussões dos diferentes tipos de sistemas eleitorais na representação política das mulheres e o papel dos partidos políticos como vetor da representação feminina foram analisados através de um primeiro relatório. Essas análises destacam que a configuração das instituições exerce um papel preponderante em todos os âmbitos que favorecem ou restringem a participação das mulheres. No entanto, os aspectos institucionais não podem ser dissociados das normas e atuações de impacto social predominantes, assim como a situação socioeconômica das mulheres na coletividade.

O objetivo do presente relatório é destacar os avanços realizados, na última década, em termos de participação política das mulheres, lembrando sempre que um considerável caminho ainda resta a ser percorrido para assegurar uma representação equitativa das mulheres nos parlamentos das Américas. Tanto as experiências positivas tidas na última década, como os obstáculos ainda existentes estão relatados nesse documento. A finalidade desse relatório é destacar os obstáculos e as soluções para o fortalecimento da presença feminina nos parlamentos, além de coligir as perspectivas e as experiências das mulheres parlamentares das Américas. Foi feita, então, uma sondagem com mulheres da Rede com o propósito de conhecer o ponto de vista delas em relação à participação política das mulheres.

Em uma primeira etapa, é feito um breve relato da metodologia aplicada e do perfil das mulheres na política. Em uma segunda etapa, são abordadas questões políticas, socioeconômicas e culturais que

exercem influência na representação política das mulheres. Por fim, são salientadas as iniciativas privadas e públicas que podem influenciar uma maior participação política das mulheres.

1. Metodologia

Para coligir os relatos das mulheres da Rede e completar os dados contidos na literatura são empregados três recursos. Em primeiro lugar, é aplicado um questionário dirigido às eleitas das Américas que participam das atividades da Rede, a fim de questioná-las principalmente sobre a rota por elas percorrida para se tornarem parlamentares. Paralelamente a essa iniciativa, são feitas três entrevistas com integrantes do Conselho Executivo da Rede oriundas de três regiões distintas das Américas, com o objetivo de coletar mais dados qualitativos sobre a experiência pessoal das parlamentares. Por fim, para completar as respostas obtidas, duas perguntas são encaminhadas à entidade *iKNOW politics*.

O questionário distribuído às integrantes da Rede contém 14 perguntas, sendo 6 perguntas abertas e 8 fechadas. Na maioria das perguntas fechadas, as participantes da sondagem especificam se o fator citado exerceu uma influência “positiva”, “negativa” ou “nenhuma influência” em sua rota política. O questionário contém 5 partes distintas, sendo que cada uma corresponde às principais categorias de fatores de influência citados na literatura, ou seja, aspectos pessoais, fatores políticos e socioeconômicos, fatores culturais e ideológicos, iniciativas públicas e iniciativas privadas. As parlamentares são, então, incitadas a indicar o impacto que certos fatores exerceram na sua entrada para a carreira política e expressar sua opinião sobre as iniciativas que motivaram a participação política das mulheres.

Essas respostas foram dadas de julho de 2010 a junho de 2011. O questionário foi enviado a todas às integrantes do Comitê Executivo da Rede e da COPA, e distribuído a todas as parlamentares presentes nas reuniões de Querétaro e Mar del Plata. No total, foram recebidas 14 respostas. Essa amostragem é, evidentemente, pouco representativa do conjunto de mulheres parlamentares das Américas; no entanto, é representativa das mulheres que participam das atividades da Rede e, embora em menor proporção, das mulheres que participam da COPA. A pertinência da amostragem é, aliás, consolidada pelo fato que a participação dessas parlamentares na organização revela uma sensibilidade em relação às questões de gênero e uma vontade de introduzir mudanças. As próprias mulheres já iniciaram suas

reflexões sobre esse assunto. Por fim, apesar do volume da amostragem, é interessante comparar a opinião das mulheres parlamentares que vivenciam a política *in loco* com a dos especialistas.

Ao adotar esse processo, é possível associar resultados quantitativos de uma sondagem sobre a opinião das mulheres parlamentares às informações qualitativas sobre as opiniões pessoais contidas nas respostas às questões abertas do questionário. Por fim, a essas respostas são agregadas experiências vividas e destacadas por algumas parlamentares em entrevistas detalhadas feitas à parte. Essas entrevistas individuais revelam detalhes da rota percorrida rumo à vida política de três integrantes do Comitê Executivo da Rede de Mulheres e a opinião dessas integrantes sobre o mundo político. As três mulheres entrevistadas foram: Sra. Diva Hadamira Gaestelum Bajo, presidente da Rede, Sra. Maria Elena Torresi de Mercuri, representante do Cone Sul na Rede e Sra. Hortensa Margarita Lopez Quintana, representante da América Central.

Por fim, para completar as respostas obtidas através das entrevistas e dos questionários, recorreremos à organização iKNOW Politics. A Rede Internacional de Conhecimentos sobre as Mulheres em Política iKNOW Politics é uma rede interativa em que as mulheres políticas do mundo inteiro compartilham suas experiências, têm acesso a recursos e discutem de assuntos de seu interesse¹. Através dessa rede, perguntas podem ser feitas a especialistas sobre a participação política das mulheres. Para concluir o *Relatório sobre a participação política das mulheres*, foram colocadas as duas seguintes perguntas a esse organismo:

Quais são os principais empecilhos econômicos para a participação política das mulheres e de que maneira poderiam ser superados?

Quais são os meios de ação das mulheres parlamentares para favorecer uma maior participação política das mulheres, tanto no marco das redes interparlamentares de mulheres como em seus respectivos Estados?

¹ <http://www.iknowpolitics.org/>

2. Perfil das mulheres na política

Em 1997, ao ser criada a COPA, as mulheres representavam 18,7% das parlamentares nas Américas². Hoje, representam 22,5% dos eleitos do continente³. Essa realidade deve-se principalmente a progressões nada negligenciáveis ocorridas em Trinidad, na Argentina, em Bahamas e na Guatemala. No entanto, esse avanço continua moderado em outros Estados. A esse ritmo, a paridade entre homens e mulheres só será efetivada daqui a várias décadas. Além do mais, o aumento da representação feminina expresso em números é apenas a primeira etapa de todo um processo, que consiste em favorecer a mudança nas relações de poder. É primordial também que o número de mulheres com funções importantes nos governos e parlamentos aumente. Na realidade, ainda é lenta a evolução da representação das mulheres em cargos de presidentes de parlamentos ou chefes de Estados e em funções no poder executivo⁴. Por exemplo, a progressão das mulheres nos governos entre 1994 e 2005 é de 3,8%, ao passo que nas assembleias legislativas é de 4,4%⁵. Na maioria dos casos, as mulheres representam mais de 50% da população susceptível de se candidatar às eleições e ocupar uma cadeira nos parlamentos⁶. No entanto, conforme mencionado anteriormente, devido a vários obstáculos, o número de mulheres que se candidatam e que são eleitas é muito menor. Além do mais, dentre as próprias mulheres, algumas têm mais facilidades do que outras de se candidatarem e serem eleitas. A família, a situação financeira, a classe socioeconômica ou a autoconfiança são exemplos de elementos que podem ser favoráveis a algumas mulheres e não a outras. Desse modo, baseado nas respostas obtidas, é traçado o perfil das participantes dessa sondagem, para observar as características dessas mulheres e determinar se formam um grupo homogêneo. Na etapa seguinte, é evocado o perfil das mulheres na política segundo diferentes estudos.

² União Interparlamentar (UIP), *Les femmes dans les parlements nationaux*, l'état de la situation le 25 décembre 1997, <http://www.ipu.org/wmn-f/arc/world251297.htm>

³ UIP, *femmes dans les parlements nationaux*, l'état de la situation le 30 avril 2011, <http://www.ipu.org/wmn-f/world.htm>

⁴ UIP, *Les femmes au parlement en 2009: regard sur l'année écoulée*, <http://www.ipu.org/news-f/wop/37/5.htm>

⁵ Mathiason, John (2005), *What went wrong with the women's revolution, Factors Impending Implementation of the Beijing Platform action*, Maxwell school of citizens and public affairs, Syracuse University.

⁶ Manon Tremblay (dir.), *Femmes et parlements: Un regard international*, Remue-ménage, Montréal, 2005, p.10

Quadro 1: Mulheres chefes do Executivo nos Estados das Américas atualmente

Nome	País	Ano (mês, dia)
Presidentes		
Isabel Martinez de Peron	Argentina	1974-1976
Lidia Gueiler Tejada	Bolívia	1979-1980 (8 meses)
Ertha Pascal-Trouillot	Haiti	1990-1991 (11 meses)
Violeta Barrios de Chamorro	Nicarágua	1990-1997
Rosalía Arteaga Serrano	Equador	1997 (2 dias)
Janet Jagan	Guiana	1997-1999
Mireya Moscoso de Arias	Panamá	1999-2004
Michelle Bachelet	Chile	2006-2010
Cristina Fernandez de Kirchner	Argentina	2007-
Dilma Rouseff	Brasil	2010-
Laura Chinchilla	Costa Rica	2010-
Primeiras-Ministras		
Mary Eugenia Charles	Dominica	1980-1995
Kim Campbell	Canadá	1993 (5 meses)
Beatriz Merino Lucero	Peru	2003 (6 meses)
Portia Simpson-Miller	Jamaica	2006-2007

Fonte: *Women World Leaders*, <http://www.terra.es/personal2/monolitj/00women.htm>

2.1 Perfil das mulheres participantes da sondagem

Inicialmente, pergunta-se às parlamentares quais são seus principais canais de acesso à vida política. Elas devem também citar o grau de influência exercido pelo seu nível de educação, pelas suas relações interpessoais, pelos cargos ocupados, pelas suas atividades sindicais e pelas suas implicações comunitárias, que levaram-nas a optar pela carreira política. Mais de 80% das mulheres afirmam que seu envolvimento comunitário exerceu grande influência em seu envolvimento na política. Quanto ao nível de educação, 64% das participantes da sondagem afirmam que esse é também um fator de grande influência. Aliás, a Sra. Diva Hadamira Gastelum Bajo, presidente da Rede, cita em sua entrevista que seus estudos superiores em Direito contribuíram de maneira significativa para sensibilizá-la em relação às questões de gênero e à sua implicação política cujo objetivo é melhorar as condições de vida das mulheres. As participantes também respondem a uma pergunta sobre sua motivação na decisão de se candidatar para parlamentares. Baseado nas respostas, observa-se que a grande motivação das mulheres é a vontade de se colocar a serviço de seu país, já que 100% delas afirmam que esse motivo é que exerceu grande influência na sua decisão de se candidatar. Muitas delas também mencionam que o objetivo de conquistar melhores condições de vida para os cidadãos(ãs) de seu Estado é um fator de grande motivação para entrarem para sua carreira política. Em contrapartida, poucas mulheres citam que são motivadas pelo desejo de participar de decisões que influenciem suas vidas. Além do mais, o

grau de autoconfiança dessas mulheres parece ser unânime entre elas, pois 86% delas consideram que sua autoconfiança é que exerceu influência positiva para sua participação política. Cerca de 92% das participantes afirmam que suas experiências vinculadas às questões de candidatura, como capacidade de pronunciar discursos ou desenvolver rede de contatos, tiveram determinadamente uma incidência em sua escolha de carreira política. De modo geral, as participantes parecem ser mulheres com um bom

Se for o caso para o seu Estado, qualifique o impacto das iniciativas propostas sobre a participação das mulheres em política.

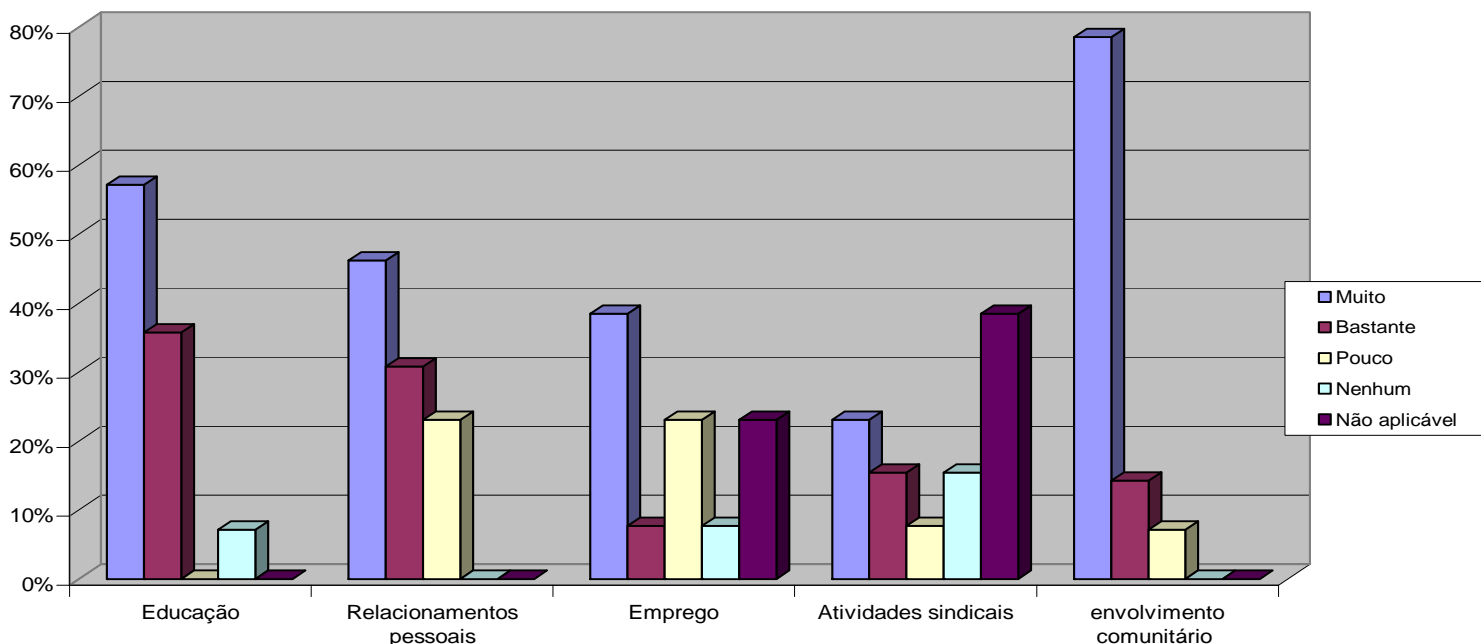


Figure 1: Influência das experiências anteriores exercida na escolha da carreira política.

nível de instrução e dotadas de uma boa autoconfiança, além de ter habilidades e aptidões correlatas a essa área, mesmo antes de se lançarem na política.

2.2 Quem são as mulheres na política?

Os estudos realizados revelam que, de modo geral, as mulheres na política são indubitavelmente mais escolarizadas que seus colegas masculinos. Além do mais, uma sondagem feita pela União Interparlamentar (UIP) com 272 parlamentares, homens e mulheres, do mundo inteiro confirma essa

hipótese. Das mulheres participantes dessa sondagem 50% delas tinham mestrado ou doutorado e 35% haviam concluído bacharelado ou licenciatura. Uma porcentagem ligeiramente inferior de homens havia concluído seus estudos superiores nesses respectivos níveis. Além disso, as mulheres políticas são freqüentemente oriundas de áreas profissionais onde ocupavam o “topo da hierarquia do mercado de trabalho”⁷. Na maioria das vezes são advogadas, diretoras, empreendedoras, médicas, professoras universitárias, economistas ou também psicólogas. Isso quer dizer que a renda dessas mulheres é significativamente superior à renda das mulheres de modo geral. A maioria dessas mulheres já tinha também uma ampla experiência na sociedade civil e em outros níveis políticos, antes de entrar para a vida parlamentar⁸. Essas características coincidem com as respostas obtidas das mulheres da Rede que afirmaram que seu nível de educação e suas implicações comunitárias haviam influenciado bastante na decisão de entrarem para a política.

Esses dados revelam que o perfil das mulheres na política é bem diferente do da maioria das mulheres⁹. Além disso, as mulheres na política têm geralmente uma certa identidade com seus colegas masculinos. Elas fazem parte de uma “elite”, assim como eles. Isso pode ser explicado pelo fato de que para serem aceitas em um meio predominantemente masculino, as mulheres devem ter qualificações excepcionais. Sendo assim, seria infundado acreditar que as mulheres e os homens políticos pertencem a dois grupos opostos e que as mulheres comporiam um grupo e se distinguiriam dos homens que se assemelham entre si.

2.3 Papel das mulheres parlamentares

Embora as mulheres parlamentares tenham um perfil distinto do das demais mulheres, elas têm ainda assim que exercer um papel para ampliar a participação política das mulheres. A questão aberta da sondagem enviada às mulheres participantes foi a seguinte: Como mulher, de que maneira você pode contribuir para a participação das mulheres na política? A resposta dada com maior freqüência é que essa contribuição pode ser feita através de assessorias e informações dadas às mulheres durante palestras, mesas redondas ou sessões consultivas. De certo modo, observa-se que, para que as mulheres se interessem em política, é preciso demonstrar-lhes que a política pode servir-lhes de ferramenta para o alcance de seus objetivos. É necessário também conhecer os pontos de vista das mulheres e suas

⁷ Manon Tremblay, *100 questions sur les femmes en politique*, Remue-Ménage, Montréal, 2008, p.199

⁸ *Ibid*, p.199

⁹ *Ibid*, p.200

idéias. Por fim, foi citado várias vezes que programas de monitoramento poderiam ser uma maneira eficaz para familiarizar as recém-chegadas ao mundo da política.

As respostas dadas nessa sondagem destacam que, para incentivar a participação das mulheres na política, as parlamentares devem defender ativamente os interesses das mulheres. Devem empregar suas prerrogativas para promover o lugar das mulheres na política e a melhoria das condições das mulheres. Nesse sentido, várias mulheres mencionam a importância de seu papel de legisladoras e sugerem a implantação e o fortalecimento das leis que envolvam as questões de igualdade de gênero. Outras mulheres afirmam que elas devem fazer uso de seu papel de controle para se assegurar que o governo atue concretamente. As participantes dessa sondagem parecem, então, preocupadas em representar os interesses das mulheres na execução das tarefas que lhes incumbem a título de membros do Parlamento.

3. Fatores influentes na eleição de mulheres

Todos, homens e mulheres, que aspirem ser eleitos em um Parlamento, devem passar por quatro etapas. Em outras palavras, para ter cadeira no Parlamento, o indivíduo deve ter a capacidade de exercer suas funções, decidir lançar sua candidatura, ser aceito por um partido político e, por fim, ser escolhido pelo eleitorado para representá-lo¹⁰. A elegibilidade e a seleção implicam, então, na capacidade e vontade expressa de um indivíduo de lançar sua candidatura, ao passo que a escolha e a eleição depende apenas do desejo manifestado pelo eleitorado e pelos partidos de aceitar tal candidatura. O processo de acesso ao Parlamento pode, então, ser considerado como o modelo econômico da oferta e procura e, em todas essas etapas, as mulheres enfrentam uma série de obstáculos. De modo geral, pode-se dizer que boa parte desses obstáculos é comum a todos, embora não se apresentem da mesma maneira nem com o mesmo grau de importância. Entretanto, a importância desses obstáculos varia conforme o contexto de cada Estado. Na realidade, as mulheres que querem entrar para a política deparam-se frequentemente com um meio político, público, cultural e social que lhes é hostil. Nessa parte do relatório, são abordados os fatores que podem influenciar a entrada das mulheres na política. Para facilitar a análise, esses fatores são classificados em três categorias: socioeconômicas, políticas e culturais.

¹⁰ Norris, Pippa et Joni Lovenduski (1995). « Pathways to Parliament » *Talking Politics*, vol. 1, no 3, p.90-94

3.1 Fatores socioeconômicos

A primeira etapa para uma mulher decidir candidatar-se é que ela deve perceber as oportunidades que a ela se apresentam para tomar tal decisão. Na realidade, a vontade de uma mulher de iniciar uma carreira política será influenciada pelo número de oportunidades, pelo ambiente político e pela possibilidade dela angariar recursos para fazer sua campanha eleitoral. Desse modo, o estatuto social e econômico da mulher na sociedade influencia diretamente sua participação nas instâncias políticas. Aliás, a melhoria das condições de vida das mulheres é que, na maioria das vezes, tem resultado em importantes avanços em relação à representação das mulheres na política nas últimas décadas¹¹. Nessa parte do relatório, é abordada a questão dos avanços das condições econômicas e sociais das mulheres nas Américas que contribuíram para o aumento do número de mulheres na política. Trata-se, então, da educação das mulheres, de sua entrada para o mercado de trabalho e da criação de estruturas alternativas.

Os resultados dessa sondagem revelam que os três fatores citados exerceram uma considerável influência na decisão das mulheres participantes da sondagem de iniciar uma carreira política. O grau de instrução exerceu influência positiva para 95% delas e o acesso ao trabalho para 85%. Ao passo que 77% das mulheres mencionam que a dupla carga de trabalho, doméstico e profissional, pode desmotivar as mulheres a entrar na política. Nessa parte do relatório são abordados os empecilhos econômicos enfrentados pelas mulheres que almejam exercer a função parlamentar.

3.1.1 Educação e entrada no mercado de trabalho

O fato de as mulheres passarem a ter um nível de instrução mais elevado e um maior acesso ao mercado de trabalho resultou claramente em um importante redirecionamento da situação. De fato, a elegibilidade e a implicação em política dependem, em parte, do acesso a determinadas facilidades, como educação, renda e tempo livre¹². Ao aumentar o número de anos de estudos, as mulheres adquirem competências e conhecimentos que lhes atribuem melhores qualificações. Além do mais, fica evidente que a educação proporciona às mulheres uma autoestima mais elevada. Elas se sentem, então, mais aptas a realizar um mandato parlamentar e competir com outros indivíduos. Em suma, o acesso à educação faz com que as mulheres liberem-se dos limites do lar e abrem-lhes as portas da representação política, proporcionando-lhes uma melhor autoestima e ferramentas para iniciar uma carreira política.

¹¹ Joni Lovenduski et Azza Karam, *Les femmes au Parlement: faire la différence*, IDEA, Stockholm, 2003, p.174

¹² *Ibid*, p.175.

Assim, tudo leva a crer que as disparidades entre gênero em relação à educação representaram desvantagens para que a mulher entre no mundo político. No entanto, é com grande contentamento que pode-se constatar que o índice de alfabetização da faixa etária dos 15 aos 24 anos de idade é praticamente o mesmo entre os gêneros nas Américas¹³.

Além de ter alcançado um nível de instrução mais elevado do que no passado, o número de mulheres ativas no mercado de trabalho também cresceu. A participação das mulheres no mercado de trabalho exerce um efeito significativo na proporção de mulheres ativas na vida política. Na realidade, sair do lar e ser parte integrante da população ativa desperta indubitavelmente a consciência política das mulheres e leva a um maior número de mulheres susceptíveis de beneficiar-se de uma experiência de militante e de enquadramento em organizações profissionais e sindicais. A tudo isso, agrega-se a oportunidade de estabelecimento de redes e contatos e desenvolver aptidões que lhes poderão ser úteis ao entrar para a política.

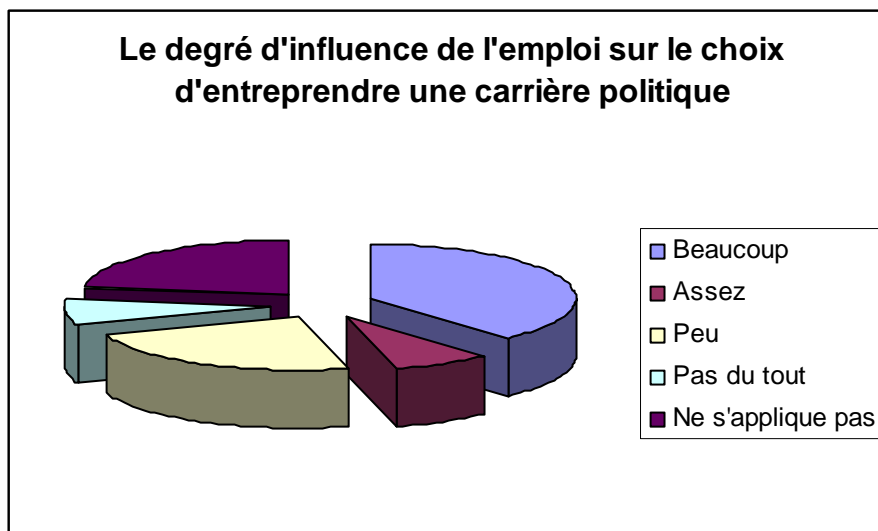


Figura 2: Influência da área profissional na escolha de iniciar uma carreira profissional

3.1.2 Estruturas alternativas

Praticamente no mundo todo, a maioria dos afazeres domésticos incumbe às mulheres. Como as mulheres podem participar da vida política, se na maioria das vezes não lhes resta outra escolha, senão a de sobreviver e atender às necessidades mais essenciais de suas famílias? De fato, algumas mulheres

¹³ ONU-Femmes, <http://www.un.org/french/womenwatch/followup/beijing5/session/fiche2.html>

são esposas e mães de famílias e concomitantemente exercem uma profissão tempo integral. Fica então quase impossível pensar em se eleger para um mandato parlamentar diante dessas circunstâncias. Além do mais, os calendários parlamentares raramente tomam o cuidado de criar estruturas que facilitam o acesso às mães de famílias ao mercado de trabalho, particularmente ao trabalho parlamentar¹⁴. São muitas as mulheres parlamentares que lutam para estabelecer um equilíbrio entre a vida de família e as exigências de suas tarefas de eleitas, implicando às vezes em longas jornadas de trabalho, várias viagens e falta de apoio material¹⁵. Além disso, os resultados da sondagem feita pela UIP, anteriormente citada, revelam que todas as participantes da sondagem consideram que as incumbências familiares são os principais elementos dissuasivos para as mulheres ao assumir uma carreira política¹⁶. Ao passo que, para os homens participantes dessa sondagem, as responsabilidades familiares não exercem grande poder dissuasivo ao assumirem carreira política.

Baseado nessa perspectiva, a implantação gradual de estruturas alternativas, que possibilitem atenuar as incumbências familiares das mulheres, só pode facilitar e incentivar o acesso das mulheres à carreira política¹⁷. Os serviços de pré-escola são um exemplo perfeito desse tipo de estruturas alternativas. O impacto das responsabilidades familiares exercido nas ambições políticas das mulheres fica claramente destacado em determinados estudos que revelam que, um Estado que investe principalmente no desenvolvimento social e econômico da comunidade, oferecendo estruturas alternativas às famílias, favorece indiretamente a representação das mulheres no parlamento.

3.1.3 Empecilhos econômicos e dificuldades de fazer campanha

Um relatório da *Women's Environment and Development Organization (WEDO)*, baseado nos resultados de uma reunião de especialistas, ocorrida em dezembro de 2007, destaca os obstáculos enfrentados pelas mulheres candidatas para o financiamento de suas campanhas¹⁸. Na realidade, as campanhas eleitorais representam um custo elevadíssimo e a falta de recursos financeiros pode constituir um

¹⁴ Azza Karam (dir.), *Au-delà du nombre, Obstacles à la participation politique des femmes*, IDEA, Stockholm, 1998, p.30.

¹⁵ *ibid.*, p.31

¹⁶ UIP, *Égalité en politique: Enquête auprès des femmes et hommes dans les parlements*, 2008, Genève, p.12

¹⁷ Richard E. Matland (1998) "Women's Representation in National Legislatures: Developed and Developing Countries." *Legislative Studies Quarterly*, 23(1): 109-125.

¹⁸ WEDO, http://www.wedo.org/?search-class=DB_CustomSearch_Widget-db_customsearch_widget&widget_number=preset-default&all-4=Library&cs-all-0&cs-all-1=Political+Participation&cs-Media_Type-2&cs-Resource_Type-3&cs-Publication_Year-5&cs-Publication_Year-6&cs-Publication_Year-7&search=Search

grande obstáculo à vitória eleitoral, conforme depoimento dado por várias mulheres líderes políticas entrevistadas pelo fórum iKNOW politics¹⁹.

Na verdade, a questão de financiamento das campanhas eleitorais abrange tanto as candidatas quanto os candidatos. No entanto, as mulheres enfrentam dificuldades específicas. Por exemplo, raramente as mulheres têm o controle dos recursos familiares.

Conseqüentemente, ao decidirem candidatar-se para eleições, na maioria das vezes, as mulheres hesitam em investir os recursos familiares, fazer empréstimos e arriscar seu próprio capital. Tanto é verdade que é preciso considerar que elas devem ter recursos financeiros logo no início de sua campanha e mesmo até antes. Aliás, a deputada Maria Elena Torresi, representante regional do Cone Sul da Rede, cita em sua entrevista que, até mesmo as mulheres parlamentares têm, às vezes, dificuldades de obter a parte que lhes cabe de financiamento. Essas parlamentares devem se afirmar com solidez para ter a certeza de que receberão a verba que lhes cabe. Nesse sentido, pode haver um desequilíbrio entre homens e mulheres inclusive no que se refere a verbas públicas. Na maioria das vezes, as mulheres exercem menos poder em seus partidos que controlam a distribuição de verbas.

A influência dos custos das campanhas eleitorais na participação política das mulheres depende do contexto, pois varia conforme a adoção ou não de medidas propícias às mulheres, como financiamento público, sistemas de cotas, limites impostos em termos de gastos eleitorais, tempo de campanha ou doações. "Em contextos em que as mulheres não são apoiadas por medidas positivas, o investimento financeiro na campanha assume uma importância ainda maior e torna-se ainda mais pertinente para estruturar a boa candidatura eleitoral"²⁰. Para tanto, durante as entrevistas para iKNOW politics, algumas mulheres propuseram medidas discriminatórias, ou seja, verbas para atribuir às mulheres políticas melhores oportunidades, a fim de garantir que as verbas públicas sejam redistribuídas de maneira eqüitativa.

¹⁹ iKNOW Politics, <http://www.iknowpolitics.org/fr/news/interviews>

²⁰ Marcela Rovar Restrepo, Le financement de la campagne des femmes : défis, incitations et recommandations, UIP, « Le parlement est-il ouvert aux femmes? Évaluation », p.42.

Em relação à questão dos empecilhos econômicos colocada pelo organismo iKNOW politics pode-se, por fim, concluir, que a escassez de recursos financeiros pode representar um importante obstáculo para a efetivação da paridade nos parlamentos. No entanto, existem estratégias financeiras susceptíveis de auxiliar as mulheres a vencer esse obstáculo e a ampliar a participação das mulheres em política.

3.2 Fatores políticos

Na Reunião Anual da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, feita em setembro de 2009, em Salta, na Argentina, foi apresentado o primeiro aspecto do *Relatório sobre a temática da participação política das mulheres*. Esse documento revela os efeitos dos diferentes tipos de sistemas eleitorais e analisa o papel dos partidos políticos como vetor da participação política das mulheres. Como o sistema eleitoral e o papel dos partidos políticos são os fatores políticos mais determinantes desse assunto, as conclusões desse relatório serão relatadas sucintamente no presente documento. Será dada também uma visão geral de outras variáveis dos regimes políticos, como o número de cadeiras, a renovação e o acúmulo de mandatos, a fim de avaliar a influência dessas variantes na participação política das mulheres. Antes de detalhar os impactos desses fatores políticos, tentaremos definir se a “qualidade da democracia” está vinculada à proporção de mulheres com cadeira no parlamento.

3.2.1 Democracia e mulheres parlamentares

No questionário distribuído às mulheres da Rede, 79% das participantes afirmam que o caráter democrático de seus Estados contribuiu de maneira favorável para o aumento do número de mulheres que entraram para a carreira política em seus países. Esse resultado é facilmente justificado pelo fato que os princípios, que fundamentam uma democracia representativa, implicam em que um determinado número de mulheres exerça a função parlamentar. Esse aspecto é essencial para a legitimidade das instituições. Observa-se, no entanto, que na verdade os Estados enfrentam um desequilíbrio de gêneros em seus processos de democratização. Apenas os países nórdicos, reconhecidos pela qualidade de sua governança democrática, apresentam uma tendência para confirmar a existência de um vínculo entre a democracia e uma boa proporção de mulheres parlamentares²¹.

²¹ La Suède, la Finlande, la Norvège et le Danemark détiennent respectivement le 4^e, le 7^e, le 8^e et le 13^e rang mondial.

Além do mais, uma maior representação feminina não significa necessariamente em um maior reconhecimento da igualdade entre gêneros. Conforme mencionado pela Sra. Diva Gastelum, Presidente da Rede, em sua entrevista, as candidatas não devem apenas estar presentes em maior número, devem contudo ter condições de assumir o espaço que lhes cabe no núcleo do patamar político. Conclui-se então que, apesar da inadequação entre o nível de vida democrática e o número de mulheres nos Parlamentos, é incontestável que, para afirmar a existência de um sistema democrático, o número de mulheres com cadeira nos Parlamentos deve ser representativo da sociedade.

3.2.2. Sistemas eleitorais

Compreender as repercussões dos diferentes tipos de sistemas eleitorais na representação política das mulheres é indispensável para a elaboração de estratégias que visem ampliar a contribuição feminina e desenvolver sua capacidade de participar da vida política. Um sistema eleitoral pode ser definido de maneira ampla como o conjunto de regras que regem a organização das eleições em um Estado²². Em virtude dessas regras, os votos recebidos nas eleições são traduzidos em número de cadeiras obtidas pelos candidatos e partidos. Sendo assim, a configuração dos sistemas eleitorais pode exercer um importante impacto na representação das mulheres na política. No caso da presente sondagem, 85% das participantes afirmam que seus sistemas eleitorais exercem influência positiva no número de mulheres parlamentares em seus Estados.

Para simplificar a análise, os sistemas eleitorais foram classificados em três grandes categorias: escrutínio majoritário/de maioria relativa, sistema semiproportional e representação proporcional. O sistema de escrutínio majoritário possibilita a atribuição de cadeira(s) ao candidato mais votado em uma circunscrição. Ao passo que no escrutínio proporcional, os escrutínios majoritários são muitas vezes considerados como um sistema desfavorável às mulheres. Os principais motivos que levam a essa percepção são o modo de escolha das candidaturas e o número restrito de cadeiras implicado nesse tipo de escrutínio. De fato, o escrutínio majoritário uninominal é a variante mais comum desse tipo de sistema eleitoral. Esse modo de eleição significa que cada distrito eleitoral deve ser representado apenas por um indivíduo. Conseqüentemente, há uma pressão muito grande para que escolha da candidatura seja aquela considerada mais propícia a ser eleita²³. Pois bem, segundo vários estudos, o

²² Andrew Reynolds et Ben Reilly, *La Conception des Systèmes Électoraux. Un manuel de International IDEA*, International IDEA Stockholm, 2002.

²³ André-Paul Frogner et Anne-Sylvie Berck, « Les systèmes électoraux: types et effets politiques », A. Laurent, P. Delfosse, A-P. Frogner (dir.), *Les systèmes électoraux: permanences et innovations*, Paris, l'Harmattan, 2004, p.25-46.

conjunto das candidaturas não tem peso uniforme, pois um modelo informal enquadra o processo de escolha da candidatura considerada vencedora. Esse modelo informal incluiria pouco as mulheres e corresponderia principalmente ao perfil e às experiências dos homens²⁴. Desse modo, não são os escrutínios majoritários em si que desfavorecem a eleição de mulheres, mas sim a conjuntura gerada pela predominância de um modelo informal de candidatura vencedora aliada à obrigação para os partidos políticos de manter apenas uma candidatura por distrito eleitoral. Nesse sentido, a boa vontade das formações políticas é essencial para aumentar o número de mulheres parlamentares.

Ao contrário do escrutínio majoritário, o escrutínio proporcional é considerado favorável à eleição de mulheres. Por exemplo, nas Américas, na Costa Rica e na Argentina que têm 38,60% e 38,50% mulheres em seus respectivos Parlamentos, o escrutínio é proporcional. Essa é uma característica geral dos escrutínios de lista que contribuiria para que fossem mais favoráveis às eleições de mulheres. Enquanto os escrutínios majoritários uninominais restringem-se a um candidato por partido e por distrito eleitoral, os escrutínios proporcionais envolvem vários candidatos por distrito e por partido. Baseado nisso, “apresentar uma equipe uniforme composta apenas de homens seria adotar uma parca estratégia do ponto de vista eleitoral”²⁵. No entanto, a aplicação do escrutínio proporcional não se destaca claramente como elemento que favorece a representação das mulheres no caso específico do Brasil e da Colômbia. Nesses dois Estados, as mulheres não chegam a ser 10% nas câmaras dos deputados. Desse modo, apesar das características dos sistemas proporcionais serem favoráveis à participação política das mulheres, os demais fatores que podem influenciar a eleição de mulheres são muitos e não são apenas de ordem política, mas também sociocultural e econômica. Além do mais, o impacto dos sistemas de escrutínios exercido no número de mulheres parlamentares depende também dos atuentes que os manipulam, ou seja, dos partidos políticos²⁶.

Por fim, o sistema semiproportional caracteriza-se pelo fato que uma parte do parlamento é eleita por escrutínio proporcional e outra por escrutínio majoritário. Nas Américas, os escrutínios mistos existentes são dotados de mecanismos compensatórios, ou seja, as cadeiras da proporcional podem ser ocupadas para compensar toda desproporcionalidade ocorrida nas cadeiras de circunscrições. Desse

²⁴ Norris, Pippa et Joni Lovenduski (1989), « Pathways to Parliament », *Talking Politics*, vol. 1 no. 3, p.90-94.

²⁵ Manon Tremblay, *Op. cit*, p.120

²⁶ Martland, Richard E., *Enhancing Women Political participation*, IDEA, Stockholm, 2005

modo, o desempenho dos escrutínios mistos em relação à representação das mulheres nos parlamentos é considerado intermediário, pois está entre o dos escrutínios proporcionais e dos majoritários²⁷.

Em suma, determinados aspectos de um modo de escrutínio exercem influência nas relações entre as mulheres e o poder político. No entanto, o contexto social e histórico, a cultura política e a situação das mulheres de uma sociedade continuam sendo fatores de influência no nível de representação das mulheres na política.

3.2.3 Partidos políticos

Embora as participantes dessa sondagem possam considerar seu sistema eleitoral como fator positivo, suas respostas em relação à influência dos partidos políticos são mitigadas. Cinquenta por cento das participantes acreditam que o apoio de seu partido político exerce um impacto positivo, ao passo que 42% discordam. Esse resultado demonstra que, conforme os valores e as regras de um partido político, a influência exercida por essa entidade pode ser negativa ou positiva em relação à proporção de mulheres na política.

Na maioria dos sistemas parlamentares, os partidos políticos são o veículo principal pelo qual os candidatos são eleitos. Atualmente, os candidatos apresentados pelos partidos políticos são predominantemente homens. Segundo um estudo da *International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA)*, apenas 25% dos candidatos eleitorais são mulheres nas Américas²⁸. No entanto, as características dos candidatos apresentados pelas formações políticas ao poder legislativo implicam em conseqüências importantes na composição da legislatura. Os procedimentos de nomeação dos candidatos variam conforme o Estado e inclusive suas características distintas são muitas, por exemplo, a abrangência da participação e a centralização ou a descentralização do processo. Entretanto, independente do tipo de processo, observa-se que o candidato vencedor buscado tem na grande maioria das vezes qualificações e experiências em áreas lideradas por homens. Conforme já citado anteriormente, o modelo informal da candidatura vencedora é mais vantajoso para os homens. Pois bem, esse modelo não implica necessariamente na seleção dos candidatos mais competentes e não possibilita que o eleitorado faça escolhas a partir de uma amostragem representativa da população.

²⁷ Ferrara, Federico, Erik S. Herron et Misa Nishikawa (2005). *Mixed Electoral Systems. Contamination and Its Consequences*, New-York, Palgrave Macmillan

²⁸ Vivian Rauza, Beatriz Llanos et Gisela Garzon de la Roza, *Partidos políticos y paridad, La educación pendiente*, IDEA, Stockholm, 2010, p.48

Os partidos políticos podem optar por regras formais e explícitas para a escolha de seus candidatos, ou regras informais conhecidas dos participantes, não explicitadas. Está comprovado que um processo de seleção orientado por regras é mais favorável às mulheres, pois possibilita-lhes considerar o processo e aplicar as regras a seu favor. Além do mais, os partidos mais institucionalizados discutem e analisam com maior frequência suas próprias regras, possibilitando às mulheres propor parâmetros melhor adaptados à seleção das candidaturas femininas²⁹. Os partidos menos institucionalizados, ao contrário, contam com um processo que consente mais apadrinhamento em que as nomeações podem ser vantajosas às pessoas que têm bons contatos pessoais e uma rede influente. Por causa da recente entrada das mulheres na política, comparada à dos homens, elas têm menos capital político e menos acesso a essas redes. Entretanto, as regras informais podem possibilitar maior flexibilidade e representar oportunidades mais amplas de adaptação e correspondência à realidade das mulheres. Porém, as conquistas podem ser voláteis e facilmente revertidas em eleições subsequentes.

3.2.4 Outros fatores políticos

Na literatura encontra-se mencionado frequentemente que a sub-representação também pode ocorrer por falta de vagas. Na realidade, para que haja seleção de candidaturas para eleições legislativas, é preciso, antes, vagas disponíveis. Pois bem, o número de vagas disponíveis é limitado por dois fenômenos, que são: parlamentares que renovam seus mandatos e parlamentares que acumulam mandatos.

Os parlamentares que se recandidatam acabam sendo reeleitos com maior facilidade, pois já têm estabelecido sólidas redes e já são conhecidos³⁰. Isso quer dizer que eles já dispõem de um maior capital social e político. Atualmente, 83% dos parlamentares do mundo inteiro são homens. Sendo assim, em um contexto em que o número de cadeiras é limitado, os parlamentares já eleitos bloqueiam o acesso ao Parlamento aos novos indivíduos. A lógica é, então, sugerir limitar o número de mandatos consecutivos para aumentar o número de mulheres nos parlamentos.

O acúmulo de mandatos, que permite exercer vários cargos políticos ao mesmo tempo, pode também prejudicar a renovação da classe política e, conseqüentemente, a entrada de mulheres na política. As pesquisas revelam igualmente que o número de cadeiras no Parlamento influencia a proporção de

²⁹ Richard Matland *Op. cit.*, p.12

³⁰ Manon Tremblay (dir.), *Op. cit.*, p.13

mulheres nessa instância. Na realidade, existe um estreito vínculo entre o número de cadeiras disponíveis em um distrito eleitoral e o número de candidatos(as) eleitos(as) de um partido político. Isso significa que quanto maior o número de eleitos de um partido em um distrito eleitoral, maior é o número de mulheres que pode ter acesso ao Parlamento³¹.

Quadro 2: Sistemas eleitorais das Câmara dos Deputados ou Câmara Única dos Estados das Américas e o número de cadeiras

<u>País</u>	<u>Sistema eleitoral</u>	<u>Número de cadeiras</u>	<u>Porcentagem de mulheres no Parlamento (%)</u>
Antígua e Barbuda	Majoritário	19	10,50
Argentina	Proporcional	257	38,50
Bahamas	Majoritário	41	12,20
Barbados	Majoritário	30	10,00
Belize	Majoritário	32	0
Bolívia	Misto	130	25,40
Brasil	Proporcional	44	8,60
Canadá	Majoritário	308	22,10
Chile	Majoritário	120	14,20
Colômbia	Proporcional	166	12,77
Costa Rica	Proporcional	57	38,60
Cuba	Majoritário	614	43,20
Dominica	Majoritário	32	12,50
El Salvador	Proporcional	84	19,00
Ecuador	Proporcional	124	32,30
Estados Unidos	Majoritário	435	16,80
Granada	Majoritário	15	13,30
Guatemala	Misto	158	12,00
Guiana	Proporcional	70	30,00
Haiti	Majoritário	18	11,10
Honduras	Misto	560	18,00
Jamaica	Majoritário	60	13,30
México	Misto	500	26,20
Nicarágua	Proporcional	92	20,70
Peru	Proporcional	130	21,5
Panamá	Misto	71	8,50
Paraguai	Proporcional	80	12,50
República Dominicana	Proporcional	183	20,80
São Cristóvão e Névis	Majoritário	15	6,70
Santa Lúcia	Majoritário	18	11,10
São Vicente e Granadinas	Majoritário	21	14,30

³¹ Manon Tremblay, *Op. cit.*, p.200

Suriname	Proporcional	51	9,80
Trinidad e Tobago	Majoritário	42	28,60
Uruguai	Proporcional	99	15,20
Venezuela	Misto	165	17,00

Fonte: UIP, *Les femmes dans les parlements nationaux, état de la situation au 30 avril 2011*, <http://www.ipu.org/wmn-f/world.htm>

3.3 Fatores culturais

"A cultura faz referência aos valores, às crenças e às atitudes que fundamentam uma sociedade, suas instituições e dão alma a uma população, a sua maneira de ser, de se expressar e de atuar³²". Independente dos demais fatores, a cultura exerce influência própria na participação política das mulheres. Isso quer dizer que em dois Estados com níveis de desenvolvimento semelhantes, mas com culturas bem distintas, pode haver uma significativa lacuna rumo à paridade de gêneros. A cultura política, a concepção dos papéis dos gêneros, a imagem veiculada pela mídia e a religião são os principais fatores culturais determinantes para a representação das mulheres em um parlamento.

3.3.1 Concepção dos papéis e cultura patriarcal

A cultura patriarcal, ainda presente na maioria das sociedades das Américas, estabelece uma hierarquia entre homens e mulheres em que o homem é privilegiado³³. Na realidade, em um sistema patriarcal, devido à sua posição dominante, o homem determina o papel que a mulher deve exercer na sociedade³⁴. Desse modo, nas sociedades em que papel central é regido por normas patriarcais e hierarquistas, considera-se que a contribuição mais importante das mulheres para a sociedade é assumir a responsabilidade dos afazeres domésticos. Além do mais, o destaque atribuído às responsabilidades assumidas pelas mulheres no âmbito da família é fortalecido pelo conceito cultural predominante do papel da mulher na sociedade. Essa é uma grande dificuldade enfrentada pelas mulheres que almejam seguir carreira política. A deputada Lopez Quintana, representante da Rede de Mulheres para a região da América Central, afirma em sua entrevista que essa cultura patriarcal faz com que as pessoas acreditem que as mulheres são incapazes de exercer cargos políticos. Na sua opinião, esse é um dos obstáculos mais proeminentes vinculados à participação política das mulheres em seu Estado.

³² Manon Tremblay, "Democracy, Representation, and Women: A comparative analysis", *Democratization*, 14, 4, 2007, 533-553.

³³ Eisestein, *Z Contemporary Feminist Thought*, Unwin, London, 1984.

³⁴ Adrienne Rich, *Of Women Born: Motherhood as Experience and Institution*, Virago Press, London, 1997.

Apesar das sociedades terem histórias, tradições e valores diferentes, "as sociedades do mundo todo concordam com a idéia de uma divisão de espaço público e privado, em que se agrega uma distribuição de papéis e funções por gênero, que varia conforme as sociedades"³⁵. Conseqüentemente, 57% das mulheres participantes da sondagem citam que os estereótipos e os papéis sociais esperados exercem influência negativa na participação das mulheres na vida política. Em virtude desse modo de pensar profundamente consolidado nas populações, na maioria das vezes as mulheres não contam com o apoio das pessoas que fazem parte de seu convívio, no início de suas carreiras políticas. Essa falta de apoio de seu próprio círculo de convívio é um outro elemento dissuasivo, pois 93% das participantes da sondagem indicam que a socialização e a educação por elas recebidas exerceram grande influência na decisão de passar para a política. Aliás, a presidente da Rede, Diva Gastelum, em sua entrevista cita que a educação recebida de seus pais ajudou-a a ter confiança e adquirir o espírito combativo necessário para assumir uma carreira política.

3.3.2 Cultura política

A cultura política é na maioria das vezes o motivo primordial associado tradicionalmente ao reduzido número de mulheres nos parlamentos. A política é muitas vezes considerada como um mundo de confrontos nada adaptado às mulheres e desconhecido da socialização tradicional das mulheres. Acredita-se, então, que as mulheres não têm a capacidade de serem boas líderes políticas em um mundo onde predomina o modelo masculino. Na realidade, a política mudaria as mulheres bem antes delas conseguirem mudar a política³⁶. Sendo assim, "a vida política está organizada em função dos valores dos homens e do estilo de vida deles"³⁷. A existência desse modelo masculino leva a maioria das mulheres a rejeitar uma política de estilo masculino e a política em geral. Nesse sentido, 38% das mulheres responderam que sua própria percepção da política, como sendo um ambiente de homens, exerceu uma influência negativa ao assumir suas carreiras políticas. Além do mais, uma das participantes da sondagem cita que, para aumentar a participação das mulheres, é preciso eliminar os estereótipos presentes no imaginário coletivo e demonstrar que as mulheres são capazes de exercer diversas funções na sociedade. Além disso, uma das questões abertas é sobre quais conselhos as mulheres da Rede podem dar a uma mulher que se prepara para iniciar uma carreira política. Várias parlamentares respondem que a política é um caminho árduo e que é preciso ter coragem e

³⁵ Nadezhda Shvedova, *Obstacles à la participation politique des femmes au parlement*, IDEA, Stockholm, 2003, p.20.

³⁶ Manon Tremblay, *Op. cit.*, p.100

³⁷ Nadezhda Shvedova, *Op. cit.*, p.21

perseverança. Desse modo, apesar de ter mulheres que entram para a política, ainda é preciso introduzir mudanças para que as mulheres sejam realmente bem-vindas nessa carreira.

3.3.3 Mídia

A mídia é a principal fonte de informações políticas para a população. Isso significa que a maneira como uma notícia é dada e qual interpretação é dada pela mídia, tudo isso exerce um grande impacto na opinião pública³⁸. Além do mais, a mídia tem a capacidade de direcionar a atenção do público e decidir o destaque a ser dado aos diversos acontecimentos da atualidade. Devido a esse poder, a mídia pode representar um obstáculo ou um elemento propulsor da participação política das mulheres.

Os estudos revelam, até então, que a mídia trata as mulheres na política de maneira diferente e, na maioria das vezes, de modo estereotipado e negativo, além de lhes proporcionar menor cobertura midiática³⁹, conforme, aliás, citado por Manon Tremblay:

"Apesar das mulheres políticas evoluírem na esfera pública, a mídia tem a tendência de associá-las ao universo privado da família. Seus interesses seriam então aqueles que fortalecem seus tradicionais papéis familiares⁴⁰."

Ao ocorrer um enquadramento midiático como esse, pode-se questionar sobre a competência das mulheres e sua capacidade de assumir responsabilidades tradicionalmente masculinas. Por exemplo, durante a corrida eleitoral democrata, em 2008 nos Estados Unidos, as críticas levantaram suspeitas quanto à capacidade de Hilary Rodham Clinton de exercer a função de comandante-chefe das Forças Armadas Americanas⁴¹. Baseado em uma perspectiva mais quantitativa, a mídia dedica geralmente menos espaço e tempo às mulheres políticas do que aos seus colegas masculinos. Além do mais, a mídia atribui incomensurável importância à aparência das mulheres na política, ou seja, ao traje, à maquiagem e ao penteado em detrimento de suas idéias e realizações.

Evidentemente, é preciso atenuar esse tipo de cobertura da mídia atribuído às mulheres políticas. Por exemplo, a mídia pode contribuir também para melhorar imagem das mulheres políticas no que se refere às áreas consideradas estritamente femininas. No questionário da sondagem, pergunta-se às

³⁸ Beatriz Llanos, Juana Nina, *Election Coverage from a Gender perspective*, A media monitoring manual, IDEA, Stockholm, 2011, p.6.

³⁹ Ver principalmente: Norris, Pippa (dir.) (1997). *Women. Media and Politics*, New York, Oxford University Press, Kahn, Kim Fridkin (1996). *The political consequences of being a Woman. How stereotypes Influence the conduct and Consequences of Political Campaigns*, New-York, Columbia University Press.

⁴⁰ Manon Tremblay, *Op. cit.*, p.101

⁴¹ Beddall, Kate (2008). « Hillary Clinton fustige le "sexisme" dans la campagne », *Le Devoir*, 21 mai, p.A5

parlamentares se as imagens das mulheres e dos homens transmitidas pela mídia exercem uma influência positiva ou negativa na participação das mulheres na política. Metade das participantes da sondagem afirma que essa influência é positiva, ao passo que a outra metade diz ser negativa.

4. Iniciativas públicas

4.1 Cotas

Vários Estados das Américas impõem cotas aos partidos políticos, obrigando-os a ter uma proporção mínima de candidaturas femininas nas eleições. Essas iniciativas visam reverter a tendência dos partidos de apresentar um número insuficiente de mulheres, representando então um obstáculo ao aumento do número de mulheres eleitas. Segundo dados coletados, a maioria dos países que adota um sistema de cotas tem um número maior de mulheres na política. Existe um consenso na literatura atual identificando a eficácia das cotas na eliminação da exclusão das mulheres das estruturas políticas. Aliás, na América Latina, onde as cotas são bastante difundidas, dois terços da população consideram-nas benéficas para assegurar a participação política das mulheres⁴².

No entanto, existe uma certa controvérsia em relação às cotas. Por exemplo, no Canadá, os partidos políticos parecem pouco propensos a implantar medidas positivas como cotas, para favorecer a presença das mulheres na política. Um dos argumentos apresentados contra as cotas é que essa medida é discriminatória, pois é oposta ao princípio do candidato mais competente. Contudo, outras correntes afirmam que, ao invés, trata-se de uma compensação às barreiras estruturais que as mulheres têm de enfrentar e que impedem uma justa competição entre os candidatos. Além do mais, quem é a favor das cotas afirma que, além de resultados quantitativos, as cotas têm um efeito benéfico, pois despertam o interesse do público e deixam-no preocupado com as desigualdades entre gêneros.

Existem principalmente dois tipos de cotas: cotas impostas pela Constituição ou por uma lei e cotas adotadas pelos próprios partidos como obrigação. Na América Latina, a maioria das cotas é estabelecida por lei. Pois bem, alguns países como Costa Rica e Equador introduziram essa obrigação em suas Constituições. A maneira como essa regra é estabelecida reflete nos diversos resultados que podem ser obtidos. Estabelecer uma porcentagem de candidatas não significa que uma proporção semelhante de

⁴² *Implementations of quotas: Latin America Experiences* IDEA, Stockholm, 2003.

cadeiras seria ocupada por mulheres. Por exemplo, alguns partidos políticos respeitam a lei sem, no entanto, respeitar sua própria essência, pois colocam as candidatas como sendo as últimas nas listas das circunscrições eleitorais, tendo então elas poucas chances de serem eleitas. Isso quer dizer que, para assegurar a eficiência das cotas, outras medidas devem ser tomadas, tais como: sanções e regras vinculadas à ordem dos candidatos na lista para os sistemas proporcionais. Por exemplo, na Bolívia, a lei estabelece que para cada três candidatos na lista, um deve ser mulher. Quando a lista é aberta, como no caso do Brasil ou Panamá, os eleitores desfrutam de uma maior margem de manobra. Em outras palavras, são os eleitores que decidem a posição dos vencedores. Nesses casos, a cultura política é que predomina e então os candidatos masculinos continuam sendo os mais favorecidos. Em Ruanda, líder mundial de participação política das mulheres, existe um mecanismo totalmente diferente, que conta com 48,8% de mulheres em 2008⁴³, pois um determinado número de cadeiras é reservado às mulheres. Dentre as respostas das participantes da sondagem, 67% afirmam que as leis que estabelecem cotas para a participação das mulheres na política são uma iniciativa que exercem um impacto positivo. Em relação às cotas estabelecidas pelos partidos políticos, 82% das participantes consideram que têm repercussão positiva. Indiscutivelmente, as cotas são uma boa maneira de ajustar rapidamente a situação e aumentar o número de mulheres nos parlamentos. No entanto, é preciso se assegurar que outras medidas sejam tomadas paralelamente para melhorar a situação das mulheres na sociedade e nas instâncias políticas.

Quadro 3 : Cotas nas Câmaras dos Deputados e Câmaras Únicas dos países das Américas

País	Ano vigente das cotas/fonte	Porcentagem (%)	Proporção de mulheres (%)	Lista fechada ou aberta	Regras de classificação	Sanção
Argentina	1991/Legal	30	39	Fechada	Sim	Rejeição da lista eleitoral
Bolívia	1997/Legal	33	25	Fechada	Sim	Rejeição da lista eleitoral
Brasil	1997/Legal	30	9	Aberta	Não	candidatos do sexo super-representado podem ser retirados.
Costa Rica	1997/Constituição	40	39	Fechada	Não	Rejeição da lista eleitoral
Ecuador	1997/Legal 2008/ Constituição	50	32	Fechada	Sim	Desconhecido.

⁴³ UIP, « Les femmes dans les parlements nationaux, état de la situation au 30 avril 2011 », <http://www.ipu.org/wmn-f/world.htm>

Guiana	?/Legal	33	30	Fechada	Não	Rejeição da lista eleitoral
México	1996/Legal	30	26	Fechada	Não	Rejeição da lista eleitoral
Panamá	1997/Legal	30	8	Aberta	Não	Desconhecido.
Paraguai	1996/Legal	20	13	Fechada	Sim	Rejeição da lista eleitoral
Peru	1997/Legal	25 (1997) 30 (2001)	21,5	Aberta	Não	Comissão eleitoral tem o direito de rejeitar candidatos
República Dominicana	1997/Legal	33	21	Fechada	Não	Nenhum
Uruguai	2009/Lei eleitoral aplicável apenas na eleição de 2014	33	15		Sim	Rejeição da lista eleitoral

Fonte: <http://www.quotaproject.com>

4.2 Comissões parlamentares voltadas às questões de gênero

Segundo dados da União Interparlamentar, cerca de 60 parlamentos no mundo todo têm criado uma comissão cuja responsabilidade seria analisar as questões de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres⁴⁴. Essa comissão pode promover estratégias para o aumento da proporção de mulheres parlamentares, e pode também facilitar a igualdade entre gêneros na agenda parlamentar. Desse modo, as mulheres já eleitas, que queiram abordar as questões de gênero, possuem uma maior margem de manobra em uma instância parlamentar em que os posicionamentos podem ser menos ditados por uma disciplina de partido. Uma comissão parlamentar pode também desempenhar um certo papel para que as questões vitais às mulheres, como o aumento do número de mulheres parlamentares se concretizem. Os parlamentares dispõem de várias vias para exercer seu dever de controle. Eles têm principalmente a possibilidade de elaborar questões orais e por escrito, além de, em alguns parlamentos, terem o direito de convocar os ministros e os representantes do governo. Desse modo, as comissões parlamentares podem ser uma ferramenta suplementar para a concretização da igualdade entre gêneros através do exercício do controle parlamentar.

Em muitos países, essas comissões parlamentares são bem-sucedidas. No entanto, enfrentam muitos desafios para serem realmente eficazes, principalmente no que tange à coordenação com outras comissões parlamentares, com a sociedade civil e outros setores do Estado. Além do mais, as comissões

⁴⁴ UIP, *Égalité des sexes et promotion de la condition de la femme: le rôle des commissions parlementaires*, Genève, 2006,

devem exercer pelo menos as funções de entidade observadora e controladora⁴⁵. Alguns especialistas afirmam que as vantagens de uma comissão parlamentar sobre a equidade de gêneros são muito mais amplas, quando essas comissões têm o poder de legislar. No questionário da sondagem, 69% das participantes consideraram positiva a influência exercida por uma comissão dedicada à igualdade entre gêneros em seus Estados.

Em suma, a criação de uma comissão parlamentar para tratar das questões de gênero possibilita que essas questões sejam consideradas mais amplamente nos parlamentos. Ao reunir homens e mulheres de diferentes partidos políticos para discutir sobre esse tema, possibilita-se um comprometimento mais abrangente de todos os parlamentares em relação ao direito das mulheres.

5. Outras iniciativas

5.1 Partidos políticos

Conforme citado anteriormente, os partidos políticos exercem um papel determinante na representação política das mulheres. Desse modo, várias iniciativas, que possibilitam um maior número de mulheres parlamentares, devem provir dessas organizações, caso a intenção seja obter resultados consideráveis. No decorrer da última década e, inclusive antes mesmo desse período, alguns partidos haviam começado a adotar estratégias para promover a participação das mulheres na vida política. Dentre essas estratégias, destacam-se a inclusão da igualdade de gêneros no estatuto e as declarações de princípios dos partidos, os programas de formação e de preparação das mulheres, assim como as instâncias de mulheres dentro dos partidos.

A inclusão de cláusulas ou menções relativas à igualdade entre gêneros nos instrumentos dos partidos políticos pode passar a ser um primeiro indicador da importância atribuída à presença das mulheres na vida política através da formação. Por exemplo, na Costa Rica, país com um bom equilíbrio da representação política das mulheres, 100% dos partidos políticos citam a igualdade de gêneros em seus respectivos estatutos⁴⁶. Além do mais, esses princípios de igualdade entre gêneros citados em documentos oficiais dos partidos políticos tornam-se também instrumentos vitais para as mulheres

⁴⁵ *Ibid*, p.20.

⁴⁶ Beatriz Ilenaos et Kristen Sample, *Manual de buenas practicas para la participacion de mujeres en los partidos politicos latinoamericanos*, IDEA, Stockholm, 2008, p.21

exigirem o respeito das promessas dos partidos. Sendo assim, contar com esse tipo de disposições pode dotar as mulheres de uma legitimidade adicional ao apresentarem ou negociarem suas solicitações com os demais setores representados nos partidos.

Vários partidos políticos nas Américas criam um espaço institucional para as mulheres em suas estruturas internas. Essas organizações podem atuar como um ramo ativo do partido, mobilizando o eleitorado feminino e prestando apoio logístico às mulheres. Essas instâncias podem também ser consideradas unidades de promoção da igualdade entre gêneros, podem assessorar o partido em relação às políticas de igualdade entre gêneros e podem instruir de maneira geral os integrantes sobre a importância da presença das mulheres na política e de melhoria da condição feminina. No entanto, a capacidade de operação e o peso político dessas instâncias dependem de vários fatores, como o nível de coordenação, os recursos concedidos pelo partido e a capacidade de mobilização das próprias instâncias. Na prática, os estudos revelam que, em muitos casos, as instâncias femininas não recebem apoio de seus partidos e então seu papel restringe-se a uma função simbólica. Segundo uma avaliação feita pelo *National Democratic Institute* constata-se que, nas Américas, as unidades de mulheres são na maioria das vezes inativas ou pouco funcionais, pois não têm estrutura definida nem plano de trabalho⁴⁷. No entanto, 91% das participantes da sondagem relatam que o estabelecimento de redes de mulheres nos partidos políticos é uma iniciativa com impactos positivos.

A falta de recursos financeiros pode representar uma barreira significativa para o acesso das mulheres na política eleitoral. Para eliminar essa barreira, alguns partidos políticos empenham-se em conceder uma parte de seus recursos financeiros à promoção da participação política das mulheres. Quatro países nas Américas, ou seja, Brasil, México, Costa Rica e Panamá, adotaram uma legislação que obriga os partidos políticos a atribuir parte do financiamento público para a promoção da participação das mulheres na política. Nesse sentido, as medidas adotadas pelo Brasil, na época da reforma da lei eleitoral em 2009, são bastante restritas. Os partidos devem consagrar 5% do financiamento público para o desenvolvimento e a preservação dos programas de promoção e divulgação da participação política das mulheres. Além do mais, a lei estabelece que a propaganda partidária deve promover a participação política das mulheres, concedendo-lhes um tempo determinado pelo órgão nacional da direção do partido que represente no mínimo de 10% do tempo total⁴⁸.

⁴⁷ Nacional Democratic Institute, <http://www.ndi.org/>

⁴⁸ *Ibid.*

Os partidos políticos também devem desempenhar um papel para ampliar as capacidades das mulheres de se tornarem parlamentares. Na realidade, os partidos podem oferecer formação às mulheres membros e militantes, oferecendo-lhes as ferramentas necessárias para que adquiram determinadas competências. Das mulheres participantes na sondagem, 83% responderam que os programas de desenvolvimento da liderança feminina têm um impacto positivo na participação política das mulheres. A organização de colóquios, conferências ou treinamentos pode ajudar a mulher a entrar para o mundo da política, além de ser uma ótima maneira de fortalecer a presença feminina na política. Além dessas atividades de formação, os partidos políticos poderiam efetuar a seleção de candidatos nos meios sociais em que a presença feminina é maior. Seria bom para os partidos conseguirem candidaturas provenientes de setores como educação ou saúde.

Por fim, os partidos políticos têm um papel importante a ser exercido na melhoria da participação política das mulheres, já que os estereótipos e os obstáculos existentes na sociedade toda são repercutidos nos partidos. Existem várias alternativas para remediar a situação. Os partidos políticos devem aceitar que a mudança ocorra internamente, ainda que a curto prazo isso tenha um elevado custo político, pois a longo prazo os resultados serão incontestavelmente benéficos para toda a sociedade.

5.2 Sociedade civil

Os organismos da sociedade civil, como as organizações não-governamentais ou sindicais, podem exercer considerável influência no avanço da situação das mulheres. No passado, a atuação desses organismos possibilitou várias conquistas em diversos países do mundo inteiro. Por exemplo, a idéia de introduzir cotas na Argentina surgiu inicialmente dos movimentos de mulheres da sociedade civil; 78% das participantes da sondagem afirmam que as reivindicações da sociedade civil têm um impacto positivo na participação política das mulheres. Uma das questões abertas da sondagem é sobre as ações da sociedade civil. O objetivo dessa questão é saber quais iniciativas da sociedade civil podem ser implantadas para ampliar a participação política das mulheres. Uma parlamentar afirma que é essencial que a sociedade civil atue para mudar a imagem veiculada pela mídia, denunciando-se programas que incentivam os estereótipos e a imagem da mulher como objeto sexual. Uma outra parlamentar cita que a sociedade civil deve valorizar o papel da mulher política. Por fim, fica destacado também que essas organizações devem apoiar as mulheres que pretendem se candidatar, possibilitando-lhes desenvolver

as habilidades exigidas pela carreira política e auxiliando-as a angariar os recursos necessários para sua eleição. Desse modo, assim como no caso de outras problemáticas sociais, a sociedade civil tem um importante papel a ser exercido em termos de educação e sensibilização, além de formação e apoio à participação política das mulheres.

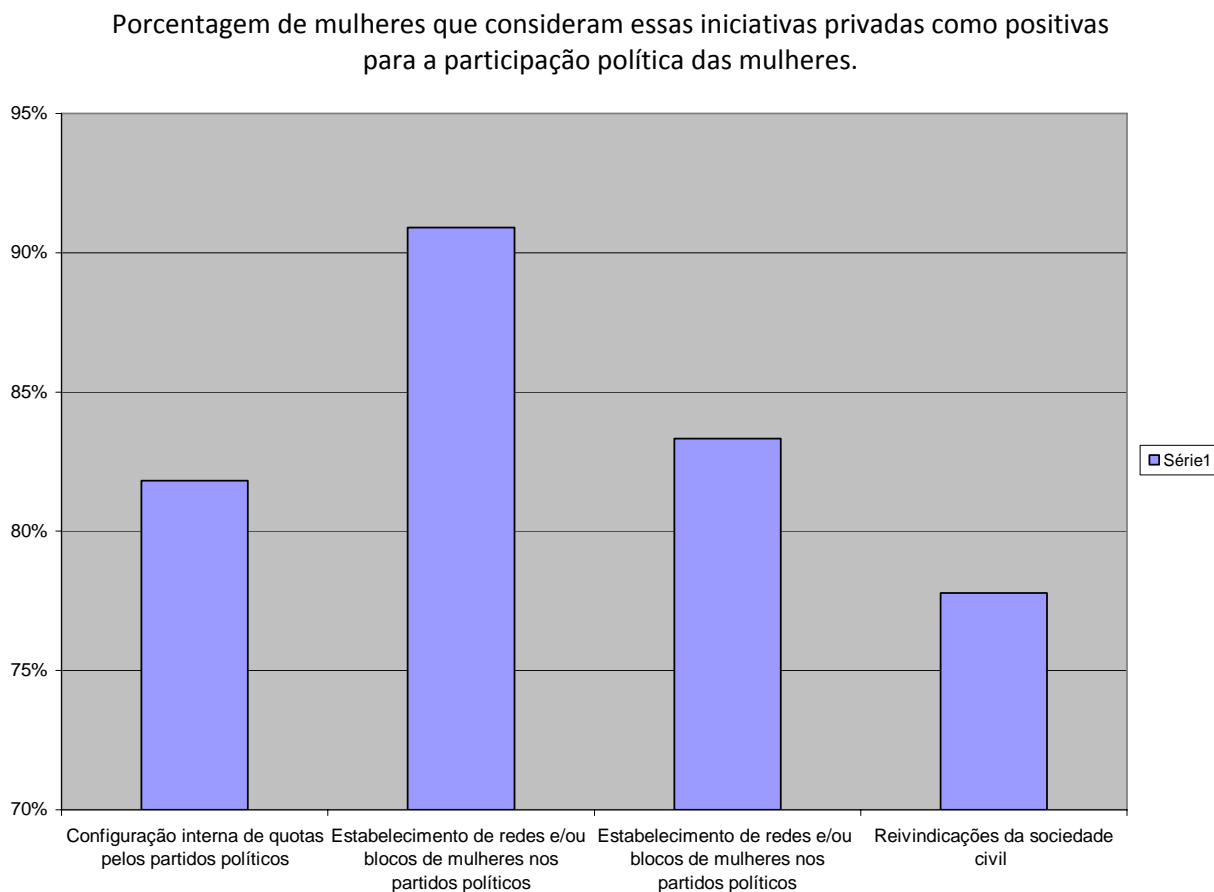


Figura 3: Impacto das iniciativas privadas na participação política das mulheres.

Conclusão

Consciente da existência de um vínculo entre a democracia e o direito à igualdade da participação na vida política, a ampliação do espaço concedido às mulheres nas instituições parlamentares representa um elemento chave para a consolidação democrática. É importante que as mulheres sejam suficientemente representadas nessas instituições, para que possam fazer com que as Américas considerem as problemáticas sociopolíticas com uma perspectiva de gênero, e que introduzam na

agenda temas marginalizados que lhes concirnam principalmente. Através da análise da Rede sobre esse tema observam-se as condições em que as mulheres tentam ter acesso à função parlamentar e os vários meios considerados para favorecer uma maior representação das mulheres nos parlamentos das Américas.

Através da análise da situação e dos obstáculos existentes pode-se tomar consciência de que, ainda resta muito a ser feito para que as mulheres sejam devidamente representadas nos parlamentos, apesar das melhorias ocorridas nas últimas décadas. É dever, então, dos parlamentares estar atentos e vigilantes para que as conquistas obtidas até então sejam preservadas e incentivar um número cada vez maior de mulheres a se implicar nas instâncias políticas. As respostas contidas na sondagem e o conteúdo de diversos estudos revelam que existem várias pistas de ação para que a participação política das mulheres seja ampliada. Indubitavelmente, a Rede tem um papel a ser exercido nesse sentido. A sessão prática sobre a participação política, que será realizada no marco dessa Reunião Anual, é um exemplo concreto do tipo de atuação que a Rede pode ter. Pode-se também definir objetivos específicos e estabelecer um plano de ação, promover a solidariedade entre as mulheres, criar mecanismos de comunicação das ações tomadas nos parlamentos das Américas ou trabalhar em parceria com homens parlamentares para sensibilizá-los em relação à causa das mulheres. A Rede pode também exercer o papel de entidade monitora diante dos governos dos Estados membros. Também pode-se considerar a possibilidade de efetuar um acompanhamento contínuo dessa temática na Rede, a fim de relatar as diversas realidades regionais e iniciativas tomadas nas Américas em termos de participação política das mulheres. Além do mais, as integrantes da Rede seriam as primeiras interessadas em estabelecer parcerias ou colaborações com as instâncias das grandes organizações atuantes nesse tema (*ONU-Femmes, Union interparlementaire*), a fim de favorecer a troca de informações, a formação e o acesso a diferentes recursos. O início da atual parceria entre *iKNOW politics* e a Rede ou a colaboração da Rede com o Sistema Regional de Alerta sobre a Participação Política das Mulheres que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tenta implantar são boas iniciativas. Por fim, também seria possível organizar seminários sub-regionais para discutir sobre a participação política das mulheres ou assuntos correlatos, como a fortalecimento da liderança ou do relacionamento com a mídia.

Por último, existem vários caminhos para incentivar a representação e a atuação das mulheres nos Parlamentos das Américas. Independente da abordagem escolhida pela Rede com o propósito de contribuir para o aumento da participação política das mulheres, é importante lembrar-se de que os parlamentares podem e devem atuar para que o número de mulheres com participação ativa na vida política seja ampliado.